



PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS **2021**

Praça Francisco Ornelas da Câmara
9760-851 Praia da Vitória
www.cmpv.pt



PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal

INTRODUÇÃO

O Município da Praia da Vitória apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de «contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, por estas entidades é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado. Assim, surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas sendo o método integral o utilizado uma vez que o Município da Praia da Vitória é detentor de uma percentagem de controlo superior a 50% na maioria das entidades participadas. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante.

Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações Intra grupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação

O SNC-AP permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC, aplicados no contexto do setor empresarial local. As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

DEFINIÇÕES

Entidade mãe ou entidade consolidante:

É o município que controla uma ou mais entidades.

Perímetro de consolidação:

Abrange o conjunto de entidades cujas contas vão ser objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

Diferenças de consolidação:

São as diferenças entre o valor das participações financeiras e a percentagem que representam dos capitais das entidades controladas, podendo-se decompor em diferenças de avaliação e em diferenças de aquisição.

ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Praia Ambiente, S.A., E.M.

A Praia Ambiente, S.A., E.M., é uma empresa pública municipal, cujo objeto social consiste na gestão e exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água e serviços conexos, drenagem e tratamento de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos sólidos e limpeza pública urbana.

Praia Cultural, Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Limitada

A Praia Cultural é uma cooperativa, cujo objeto social consiste na criação, difusão, dinamização e animação cultural no espaço concelhio, através de todas as formas de manifestação das tradições culturais características do concelho, bem como de outras iniciativas que promovam o seu desenvolvimento cultural, designadamente, no campo da música, teatro, artes plásticas, literatura, audiovisual e criação de espaços e equipamentos culturais.

O seu objeto social também inclui o desenvolvimento e promoção da ação social e psicomotora, através de iniciativas de apoio aos jovens, às famílias e idosos do concelho em dificuldades ou em situação de risco e a criação de espaços e equipamentos sociais. Desenvolvimento sociocultural, pedagógico e turístico-cultural, designadamente através de iniciativas e ações que promovam o concelho em todas as vertentes referidas.

1. Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Prestação de Contas Consolidadas

2021

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza					Valores em euros
Município da Praia da Vitória					
Rubrica	LIQUIDAÇÕES	2021	Rubrica	OBRIGAÇÕES	2021
	Receita corrente	11 879 770,70		Despesa corrente	11 871 580,35
R1	Receita fiscal	2 657 590,09	D1	Despesas com o pessoal	4 018 468,73
R1.1	Impostos diretos	2 655 391,06	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	3 005 671,89
R1.2	Impostos indiretos Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	2 199,03	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	172 764,42
R2		0	D1.3	Segurança Social	840 032,42
R3	Taxas, multas e outras penalidades	37409,4	D2	Aquisição de bens e serviços	2 501 387,82
R4	Rendimentos de propriedade	425 103,65	D3	Juros e outros encargos	75 113,67
R5	Transferências e subsídios correntes	8 506 172,34	D4	Transferências e subsídios correntes	5 221 424,26
R5.1	Transferências correntes	8 506 172,34	D4.1	Transferências correntes	1 079 757,66
R5.1.1	Administrações Públicas	8 506 172,34	D4.1.1	Administrações Públicas	196 854,29
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	7 906 786,00	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	20 416,20	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00
R5.1.1.3	Segurança social	0,00	D4.1.1.3	Segurança social	54 138,29
R5.1.1.4	Administração Regional	578 970,14	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	142 716,00
R5.1.2	Exterior - EU	0,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	674 060,05
R5.1.3	Outras	0,00	D4.1.3	Famílias	162 614,50
R5.2	Subsídios correntes	0,00	D4.1.4	Outras	46 228,82
R6	Venda de bens e serviços	253 298,46	D4.2	Subsídios correntes	4 141 666,60
R7	Outras receitas correntes	196,76	D5	Outras despesas correntes	55 185,87
	Receita de capital	2 435 764,46		Despesa de capital	4 481 431,72
R8	Venda de bens de investimento	57 986,50	D6	Aquisição de bens de capital	4 167 400,72
R9	Transferências e subsídios de capital	2 377 777,96	D7	Transferências e subsídios de capital	314 031,00
R9.1	Transferências de capital	2 377 777,96	D7.1	Transferências de capital	314 031,00
R9.1.1	Administrações Públicas	2 377 777,96	D7.1.1	Administrações Públicas	10 000,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado português	1 768 039,57	D7.1.1.1	Administração Central - Estado português	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	609 738,39	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	10 000,00
R9.1.2	Exterior - EU	0,00	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	304 031,00
R9.1.3	Outras	0,00	D7.1.3	Famílias	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	D7.1.4	Outras	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	D7.2	Subsídios de capital	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	20 453,50	D8	Outras despesas de capital	0,00
	Receita efetiva (1)	14 335 988,66		Despesa efetiva (4)	16 353 012,07
	Receita não efetiva (2)	4 717 369,47		Despesa não efetiva (5)	2 816 433,93
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	11 433,86
R13	Receita com passivos financeiros	4 717 369,47	D10	Despesa com passivos financeiros	2 805 000,07
	Receita Total (3)=(1)+(2)	19 053 358,13		Despesa total (6)=(4)+(5)	19 169 446,00

Município da Praia da Vitória

2. Balanço consolidado

Prestação de Contas Consolidadas

2021

Município da Praia da Vitória			
Balanço em 31 de Dezembro de 2021 - Consolidadas			Valores em €
RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	71 610 299,35	69 108 840,29
Propriedades de investimento	8	1 876 220,09	1 880 128,73
Ativos intangíveis	3	4 349 005,47	4 518 785,23
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras	1 / 18	11 291 497,17	11 513 021,91
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		28 805,53	17 249,25
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Impostos diferidos		3 401,86	3 401,86
Outras contas a receber		0,00	0,00
		89 159 229,47	87 041 427,27
Ativo corrente			
Inventários	10	169 061,94	146 032,82
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		678 299,64	735 755,75
Clientes, contribuintes e utentes	9	188 814,58	262 391,98
Estado e outros entes públicos	24	53 156,92	23 368,94
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber		779 911,84	930 831,62
Diferimentos	23	38 925,92	24 874,26
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Caixa e depósitos	1	646 820,18	945 680,34
		2 554 991,02	3 068 935,71
	Total do Ativo	91 714 220,49	90 110 362,98
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	29	29 869 399,77	29 820 339,10
Ações (quotas) próprias		0,00	
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	
Prémios de emissão		0,00	
Reservas		389 107,05	367 389,58
Resultados transitados		-9 979 416,25	-7 494 129,32
Ajustamentos em ativos financeiros		11 732 697,99	13 039 431,75
Excedentes de revalorização		0,00	
Outras variações no Património Líquido		37 051 857,24	34 103 163,69
Resultado líquido do período		-4 564 723,53	-2 563 160,27
Dividendos antecipados		185 787,90	2 445,80
Interesses que não controlam		-8 544,20	4 540,67
	Total do Património Líquido	64 676 165,97	67 280 020,99
PASSIVO			
Passivo não corrente			

Município da Praia da Vitória

Prestação de Contas Consolidadas

2021

Provisões	15	1 959 389,81	
Financiamentos obtidos	7	17 255 079,17	16 047 488,35
Fornecedores de investimentos		0,00	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	
Diferimentos	23	472 676,10	499 342,74
Passivos por impostos diferidos		0,00	
Fornecedores		0,00	
Outras contas a pagar		900 000,00	900 042,80
		20 587 145,08	17 446 873,89
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		617 264,19	28 261,62
Fornecedores		1 075 637,74	595 936,21
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		84 021,89	84 021,89
Estado e outros entes públicos	24	165 980,00	167 021,72
Acionistas/sócios/associados		0,00	
Financiamentos obtidos	7	1 520 438,76	1 246 071,99
Fornecedores de investimentos		1 022 328,49	406 932,67
Outras contas a pagar		1 965 238,37	2 855 222,00
Diferimentos	23		
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros		6 450 909,44	5 383 468,10
Total do Passivo		27 038 054,52	22 830 341,99
Total do Património Líquido e Passivo		91 714 220,49	90 110 362,98

3. Demonstração de resultados por naturezas consolidado

Prestação de Contas Consolidadas

2021

Município da Praia da Vitória			
Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2021 - Consolidadas			Valores em €
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	SNC-AP	SNC-AP
		2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	25	2 606 153,91	2 217 603,22
Vendas	25	238 017,65	35 559,13
Prestações de serviços e concessões	25	3 983 651,87	3 830 175,96
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreend		233 862,00	85 166,78
Transferências e subsídios correntes obtidos	25	8 565 369,96	8 202 067,59
Variações nos inventários da produção		0,00	
Trabalhos para a própria entidade		0,00	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-269 313,54	-126 826,59
Fornecimentos e serviços externos	26	-4 367 959,20	-4 071 419,19
Gastos com pessoal	28	-8 421 623,86	-7 685 915,19
Transferências e subsídios concedidos		-1 771 811,73	-1 388 592,16
Prestações sociais		0,00	
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-393 093,45	4 201,47
Provisões (aumentos/reduções)	9	-1 959 389,81	687,53
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	
Aumentos/reduções de justo valor		117,99	237,56
Outros rendimentos	25	1 191 275,00	1 073 268,42
Outros gastos	27	-317 165,83	-637 288,97
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		-681 909,04	1 538 925,56
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-3 453 100,08	-3 623 529,10
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-4 135 009,12	-2 084 603,54
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)			
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-406 832,29	-459 691,48
Resultado antes de impostos		-4 541 841,41	-2 544 295,02
Imposto sobre o rendimento		-31 426,32	-14 324,59
Resultado líquido do período		-4 573 267,73	-2 558 619,61
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		8 544,20	-4 540,67
Interesses que não controlam		-4 564 723,53	-2 563 160,27

4. Demonstração das alterações ao património líquido consolidado

Prestação de Contas Consolidadas

2021

Descrição	Notas	Capital / Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. De Capital Próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no inicio do período	(1)	29 820 339,10	0,00	0,00	0,00	367 389,58	0,00	-7 494 129,32	13 039 431,75	0,00	34 103 163,69	-2 563 160,27	67 273 034,53	6 986,47	67 280 021,00
Alterações no período															
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 948 693,55	0,00	2 948 693,55	0,00	2 948 693,55
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por Impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 485 286,93	-1 306 733,76	0,00	0,00	2 563 160,27	-1 228 860,42	6 986,47	-1 221 873,95
Resultado Líquido do Período	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 485 286,93	-1 306 733,76	0,00	2 948 693,55	2 563 160,27	1 719 833,13	6 986,47	1 726 819,60
Resultado Integral	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 564 723,53	-4 564 723,53	0,00
Operações com detentores de capital no período															
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	21 717,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21 717,47	0,00	21 717,47	21 717,47
Entradas para coberturas de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		49 060,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49 060,67	163 270,76	212 331,43
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(4)	29 869 399,77	0,00	0,00	0,00	389 107,05	0,00	-9 979 416,25	11 732 697,99	0,00	37 051 857,24	-4 564 723,53	64 498 922,27	177 243,70	64 676 165,97

5. Demonstração de fluxos de caixa consolidado

Prestação de Contas Consolidadas

2021

Município da Praia da Vitória			
Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2021 - Consolidadas			Valores em €
Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2021	31/12/2020
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		3 842 214,03	3 297 907,14
Recebimentos de contribuintes		2 657 590,09	2 630 616,15
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		8 506 172,34	4 133 270,76
Recebimentos de utentes		0,00	1 048,41
Pagamentos a fornecedores		-4 622 755,40	-4 727 525,25
Pagamentos ao pessoal		-6 213 440,71	-5 510 049,98
Pagamentos a contribuintes / Utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-5 387 406,20	-2 644 361,23
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		-1 217 625,85	-2 819 094,00
Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	6 453,74
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		4 125 200,11	6 979 863,96
Outros pagamentos		-5 686 178,17	-9 716 805,12
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-2 778 603,91	-5 549 581,42
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1 666 882,41	-1 113 652,83
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		0,00	-11 273,46
Investimentos financeiros		-22 990,14	-33 303,91
Outros ativos		0,00	-140 176,94
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		57 986,50	323 789,77
Ativos intangíveis		0,00	200,00
Propriedades de investimento		425 103,65	425 984,40
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		939 848,29	1 135 636,85
Transferências de capital		1 657 963,39	2 855 054,36
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		1 391 029,28	3 442 258,24
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		5 187 225,26	4 311 625,27
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			

Prestação de Contas Consolidadas

2021

Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-3 693 903,83	-1 150 862,24	
Juros e gastos similares	-403 553,92	-456 810,79	
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	1 089 767,51	2 703 952,24	
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	-298 860,16	596 629,06	
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	945 680,34	349 051,28	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	646 820,18	945 680,34	
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período	500 566,69	244 087,12	
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior	500 566,69	244 087,12	
De execução orçamental	389 507,84	500 566,69	
Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2021	31/12/2020
De operações de tesouraria		20 628,54	62 890,72
Caixa e seus equivalentes no fim do período		389 507,84	500 566,69
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= saldo para a gerência seguinte	389 507,84	500 566,69	
De execução orçamental		363 850,28	479 938,15
De operações de tesouraria		25 657,56	20 628,14

6. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

Notas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 1 – ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

1.1 – Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de capital	% do Capital Detido em 2020	Obs.
Município da Praia da Vitória	Praça Francisco Ornelas da Câmara, Praia da Vitória	Atividades nos seguintes domínios: equipamento rural e urbano, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo e cooperação externa.			a)
Praia Ambiente, S.A., E.M.	Rua do Evangelho, Praia da Vitória	Gestão e exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água e serviços conexos, drenagem e tratamento de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos sólidos e limpeza pública urbana.	MPV	100,00%	b)
Praia Cultural, CIPRL	Rua Serpa Pinto, Praia da Vitória	Criação, difusão, dinamização e animação cultural no espaço concelhio, através de todas as formas de manifestações das tradições culturais características do concelho, bem como de outras iniciativas que promovam o seu desenvolvimento cultural, designadamente, no campo da música, teatro, artes plásticas, literatura, audiovisual e criação de espaços e equipamentos culturais. O desenvolvimento e promoção da ação social e psicomotora, através de iniciativas de apoio aos jovens, às famílias e idosos do concelho em dificuldades ou em situação de risco e a criação de espaços e equipamentos sociais. O desenvolvimento sociocultural, pedagógico e turístico-cultural, designadamente através de iniciativas e ações que promovam o concelho em todas as vertentes referidas.	MPV / Outros	97,36% / 2,64%	

- a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do n.º 1 do artigo 75º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais
- b) Entidade controlada a 100% pelo Município da Praia da Vitória

1.2 – Entidades associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de capital	% do Capital Detido em 2020	Obs.
TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, E.E.M.	Aterro Sanitário Intermunicipal da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, Ribeirinha	Gestão e valorização energética de resíduos, encarregada prioritariamente dos serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Exerce atividades no âmbito da construção, gestão, exploração, tratamento e valorização de sistemas de resíduos sólidos, de abastecimento de águas e de energias renováveis.	MPV / MAH	40% / 60%	a), b)

- a) Mensurada ao custo de aquisição
- b) MAH – Município de Angra do Heroísmo

1.3 – Entidades associadas não contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Denominação social	Sede Social	% do capital	Quantia escriturada final
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Rua gregório Lopes, Lote 1514 R/C, Lisboa	0,67%	434 487,25 €
AGESPI	Porto da P.V. Edifício da Junta Autónoma dos Portos P.V.	25,00%	24 940,00 €
Associação Regional do Turismo	Rua da Palha, 32-34 A.H.	12,00%	45 000,00 €

1.4 – Caixa e depósitos

Para efeitos de caixa e equivalentes são considerados os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A caixa e seus equivalentes no dia 31 de dezembro de 2021 tem a seguinte composição:

Conta	31/12/2021	31/12/2020
Caixa		
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	633 214,87	941 081,38
Outros depósitos		
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados		
Depósitos de garantias e cauções		
Total de caixa e depósitos	646 820,18	945 680,34

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

O balanço e a demonstração dos resultados de 2021 e 2020 foram preparadas de acordo com o SNC-AP.

Ativos fixos tangíveis

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2). Todos os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método das quotas constantes, durante um período que varia entre três e dez anos.

Analisando os itens que compunham esta conta de acordo com o normativo anterior (POCAL), verificou-se que alguns não satisfazem a definição de ativo fixo intangível no SNC-AP. Uma vez que todos os ativos que compunham esta conta estão totalmente amortizados, foram desreconhecidos durante o ano de 2021.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente imóveis e terrenos detidos para obter rendimento e/ou a valorização do capital, e não para utilização ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade, deduzidos de reintegrações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os gastos incorridos (manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades), a par dos rendimentos/ rendas, obtidos com propriedades de investimento, são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem.

Participações financeiras

As participações financeiras estão mensuradas pelo Método da equivalência patrimonial, de acordo com o previsto na NCP 23. De acordo com o parágrafo 5 desta norma, o investimento numa associada é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a quota-parte do Município nos resultados da participada depois da data de aquisição.

Imparidade dos ativos não correntes

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada exercício.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de ativos depreciáveis”. A quantia recuperável é a mais alta do

preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao valor nominal, sendo subsequentemente mensuradas ao custo deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber. As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico dos empréstimos caso não sejam liquidados durante o período.

Após o reconhecimento inicial os financiamentos são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo.

Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros que com empréstimos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas

Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materiais a mencionar. No entanto, do ponto de vista de análise futura, poderá existir necessidade de efetuar correções em exercícios futuros referentes ainda ao processo de transição para o SNC AP.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Autarquia como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo do Município; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que

um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Autarquia. O Município não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras, mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Autarquia. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeira, o Órgão Executivo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 incluem:

- Justo valor e vidas úteis dos ativos tangíveis, nomeadamente terrenos e edifícios;
- Testes de imparidade realizados às diferenças de consolidação e aos activos intangíveis;
- Registo de provisões e perdas de imparidade;
- Reconhecimento de proveitos em obras em curso;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva, conforme disposto na NCP 2.

NOTA 3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o exercício de 2021 foram como se segue:

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	3 774 921,54	3 705 418,27		69 503,27				
Programas de computador e sistemas de informação								
Propriedade industrial e intelectual								
Outros	4 534 194,83	92 594,67		4 441 600,16	4 441 600,16	92 594,69		4 349 005,47
Ativos intangíveis em curso	7 681,80			7 681,80				
Total	8 316 798,17	3 798 012,94	0,00	4 518 785,23	4 441 600,16	92 594,69	0,00	4 349 005,47

NOTA 4 – ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS

No quadro seguinte encontra-se descrito os acordos de concessão. Estes contratos referem-se somente ao Município da Praia da Vitória.

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão da instalação, manutenção e exploração dos parquímetros da Praia da Vitória	DATAREDE - Sistemas de Dados	-	13 A	-	-	-	-

Prestação de Contas Consolidadas

2021

	Comunicações, SA					
--	---------------------	--	--	--	--	--

NOTA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O detalhe dos itens que compõem esta rubrica é a seguinte:

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	3 806 015,86			3 806 015,86	3 819 716,12			3 819 716,12
Edifícios e outras construções								0,00
Infraestruturas	43 760 986,76	23 411 172,89		20 349 813,87	43 760 986,76	25 200 493,58		18 560 493,18
Património histórico, artístico e cultural								0,00
Outros								0,00
Bens de domínio público em curso								0,00
	47 567 002,62	23 411 172,89	0,00	24 155 829,73	47 580 702,88	25 200 493,58	0,00	22 380 209,30
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								0,00
Edifícios e outras construções								0,00
Infraestruturas								0,00
Património histórico, artístico e cultural								0,00
Ativos fixos em concessão em curso								0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais								0,00
Edifícios e outras construções	8 494 584,47			8 494 584,47	8 685 044,93			8 685 044,93
Equipamento básico	43 692 811,28	13 288 879,08		30 403 932,20	43 704 219,47	13 780 124,18	0,00	29 924 095,29
Equipamento de transporte	7 024 859,44	5 932 543,37		1 092 316,07	7 228 764,97	5 638 950,88		1 589 814,09
Equipamento administrativo	1 373 970,28	1 263 887,57		110 082,71	1 457 376,45	1 270 358,14		187 018,31
Equipamentos biológicos	3 006 415,34	2 913 873,24		92 542,10	3 474 936,49	3 000 366,55		474 569,94
Outros Ativos fixos tangíveis em curso	117 002,74	69 145,96		47 856,78	103 752,74	103 149,78		602,96
	4 711 696,23			4 711 696,23	8 368 944,53			8 368 944,53
	68 421 339,78	23 468 329,22	0,00	44 953 010,56	73 023 039,58	23 792 949,53	0,00	49 230 090,05
Total	115 988 342,40	46 879 502,11	0,00	69 108 840,29	120 603 742,46	48 993 443,11	0,00	71 610 299,35

NOTA 7 – CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2021 o detalhe da rubrica de financiamento obtido consolidado, decomposto em corrente e não corrente é o seguinte:

Prestação de Contas Consolidadas

2021

Designação	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos bancários		
Passivos correntes	1 520 438,76	1 246 071,99
Passivos não correntes	17 255 079,17	16 047 488,35

NOTA 8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

De seguida apresenta-se o quadro com as quantias escrituradas, no início e no final do período, em propriedades de investimento:

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	1 880 128,73			1 880 128,73	1 876 220,09			1 876 220,09
Edifícios e outras construções								
Outras propriedades de investimento								
Propriedades de investimento em curso								
Total	1 880 128,73	0,00	0,00	1 880 128,73	1 876 220,09	0,00	0,00	1 876 220,09

NOTA 9 – IMPARIDADE DE ATIVOS

De seguida, apresenta-se o quadro com as imparidades de ativos a 31 de dezembro de 2021:

RUBRICAS	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável
Clientes, contribuintes e utentes	507 732,78	318 918,20	0,00	188 814,58
Total	507 732,78	318 918,20	0,00	188 814,58

NOTA 10 – INVENTÁRIOS

A decomposição da rubrica de inventários é a seguinte:

RUBRICAS	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	169 061,94		169 061,94
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	169 061,94	0,00	169 061,94

NOTA 15 – PROVISÕES

O detalhe da rubrica de provisões consolidadas é o seguinte:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	
Impostos, contribuições e taxas						0,00
Garantias a clientes						0,00
Processos judiciais em curso		1 959 389,81			1 959 389,81	1 959 389,81
Acidentes de trabalho e doenças profissionais						0,00
Matérias ambientais						0,00
Contratos onerosos						0,00
Reestruturação e reorganização						0,00
Outras provisões						0,00
Total	0,00	1 959 389,81	0,00	0,00	1 959 389,81	1 959 389,81

NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O detalhe da rubrica participações financeiras e outros ativos financeiros consolidados é o seguinte:

Rubricas	Quantia bruta (1)	Aumentos			Diminuições			Quantia (9)=(1)+(2)+(3)+(4)-(5)-(6)-(7)
		Compras (2)	Ganhos de JV (3)	Outros (4)	Alienações (5)	Perdas por (6)	Outros (7)	
Ativos financeiros mensurados ao MEP								
Participações financeiras	11 507 027,96							249 721,05
Outros ativos financeiros	5 993,95	28 196,31						11 257 306,91
Total	11 513 021,91	28 196,31	0,00	0,00	0,00	0,00	249 721,05	11 291 497,17

NOTA 23 – DETALHE DA CONTA DE DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021, o detalhe das rubricas de diferimentos é o seguinte:

Prestação de Contas Consolidadas

2021

Conta	Nome	Quantia escriturada inicial	Aumentos	Diminuições	Quantia escriturada final
2819	Gastos a reconhecer	24.874,26	98.535,48	84.483,82	38.925,92
2829	Outros	499.342,74	.0,00	26.666,64	472.676,10

NOTA 24 – DETALHE DA CONTA DE ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021, o detalhe das rubricas do Estado e Outros Entes Públícos é o seguinte:

Descrição	31/12/2020	
	saldos devedores	saldos credores
Estado e outros entes públicos	53 156,92	165 980,00
Imposto sobre o rendimento	382,40	23 165,72
Retenção de impostos sobre rendimentos		38 404,82
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	52 774,52	1 296,32
Outros impostos		12,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		103 101,14

NOTA 25 – DETALHE DOS RÉDITOS

O valor dos rendimentos reconhecidos em 2021 é detalhado conforme se segue:

Descrição	31/12/2021
Impostos Diretos	2 089 780,56
Impostos Indiretos	559 141,11
Taxas	18 462,42
Multas e Penalidades	3 726,90
Transferências e subsídios correntes obtidos	8 561 385,01
Subsídios	3 984,95
Vendas	238 017,65
Prestação de Serviços	3 918 694,79
Reversões	4 119,82
Vendas de Bens	
Ganhos por aumento de Justo Valor	117,99
Outros	1 421 017,18
TOTAL	16 818 448,38

NOTA 26 – DETALHE DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” encontra-se detalhada conforme se segue:

Prestação de Contas Consolidadas

2021

Descrição	31/12/2021
Despesas com Subcontratos	230 079,73
Serviços de transporte	0,00
Trabalhos especializados	410 852,29
Publicidade, comunicação e imagem	58 354,99
Vigilância e segurança	34 414,62
Honorários	210 165,17
Comissões	93 079,11
Conservação e reparação	804 394,43
Serviços bancários	35 423,45
Outros serviços especializados	15 264,12
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	84 902,32
Livros e documentação técnica	1 863,20
Material de escritório	24 201,48
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	69 856,63
Material de educação, cultura e recreio	2 354,84
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	14 973,08
Medicamentos e artigos para a saúde	3 359,18
Outros	137 307,95
Eletricidade	635 262,47
Combustíveis e lubrificantes	220 988,45
Produtos de limpeza de veículos	9 104,31
Produtos tratamento de águas	0,00
Água	0,00
Deslocações e estadas	165 741,58
Transportes de pessoal	0,00
Transportes de mercadorias	0,00
Transporte de material	0,00
Outros	0,00
Rendas e aluguerares	694 118,84
Comunicação	123 759,03
Seguros	79 157,18
Royalties	15,40
Contencioso e notariado	12 421,60
Despesas de representação dos serviços	26 078,98
Limpeza, higiene e conforto	59 811,56
Outros serviços	110 653,21
TOTAL	4 367 959,20

NOTA 27 – DETALHE DOS OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe dos valores incluídos na rubrica de “Outros Gastos e Perdas” a 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

Descrição	31/12/2021
Impostos	21 259,42
Taxas	5 047,76
Alienações	82 020,09
Abates	1 337,60
Correções relativas a períodos anteriores	0,00
Donativos	0,00
Quotizações	0,00
Outros	207 500,96
TOTAL	317 165,83

NOTA 28 – DETALHE DOS GASTOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta de Gastos com o Pessoal, decompõe-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	262 257,34
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	19 369,19
Remunerações do pessoal	6 247 603,62
Indemnizações	4 577,61
Encargos sobre remunerações	1 437 734,23
Seguro Acidentes de Trabalho e doenças profissionais	73 994,04
Outros gastos com o pessoal	131 734,75
Outros encargos sociais	244 353,08
TOTAL	8 421 623,86

NOTA 29 - PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Ver mapa nº4 – Demonstração das alterações ao património líquido consolidado.

NOTA 30 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

De acordo com a NCP 27 os documentos de prestação de contas devem divulgar informação sobre a avaliação de desempenho e avaliação por programas, sobre os custos tendo por base a informação disponibilizada pelo sistema de contabilidade de custos e de gestão. Apesar de alguma informação obtida fazer parte do relato financeiro de periodicidade anual, a contabilidade de custos é essencialmente uma ferramenta de

apoio à gestão, pelo que deve fornecer informação constante sobre os custos das principais atividades e desvios em relação ao previsto.

No caso das autarquias locais, devem ser obtidos mapas de informação indicando o custo direto e indireto e o respetivo rendimento associado (se existir), por cada:

- (a) Bem produzido ou serviço prestado;
- (b) Função, unidade, departamento ou atividade;
- (c) Bem ou serviço pelo qual é praticado um preço ou cobrada uma taxa, indicando os respetivos rendimentos obtidos e resultados económicos;

O Município desencadeou o processo de atualização do seu sistema de contabilidade de custos face à transição para o SNC-AP por forma a cumprir com as divulgações acima descritas. No entanto, este processo não se encontra ainda concluído, razão pela qual as divulgações previstas não foram efetuadas. Assim, o Município utiliza a faculdade prevista na IPSAS 33, que concede um período de transição de três anos para a adoção integral da NCP 27.

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município da Praia da Vitória ou às Entidades incluídas no perímetro de consolidação ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

7. Aprovação da Prestação de Contas Consolidadas

Município da Praia da Vitória

8. Certificação Legal de Contas Consolidadas

Município da Praia da Vitória



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município da Praia da Vitória (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 91.714.220,49 euros e um total de património líquido de 64.676.165,97 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.564.723,53 euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município da Praia da Vitória em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

Durante o exercício de 2019, o Município concluiu o levantamento e cadastro dos bens da autarquia. Com a transição para o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas foi necessário rever a vida útil dos ativos, o que originou alterações na sua valorização e correspondente impacto nos subsídios ao investimento. A correção dos ajustamentos efetuados apenas poderá ser validada durante os próximos exercícios pelo que, a esta data, ainda não nos é possível emitir opinião sobre os saldos das rubricas de Ativos fixos tangíveis e Subsídios ao investimento evidenciados no balanço consolidado à data de 31 de dezembro de 2021.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal

TLF: +351 22 903 93 71/2 **TLM:** +351 93 903 93 71 **EMAIL:** geral@hlb.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €15.000,00 - NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda. pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.



- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de atividades consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à

data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditámos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

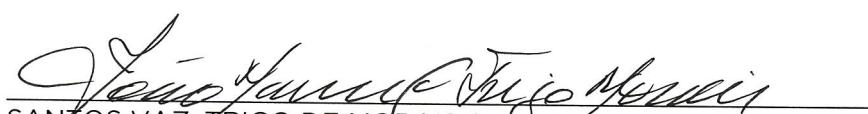
O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório consolidado de gestão

Em nossa opinião, o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 26 de maio de 2022



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por João Manuel Trigo de Moraes, ROC n.º 881

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal,

Em cumprimento do n.º 3 do art.º 76 da lei 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos o relatório e nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pelo Executivo do MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITORIA, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Relatório

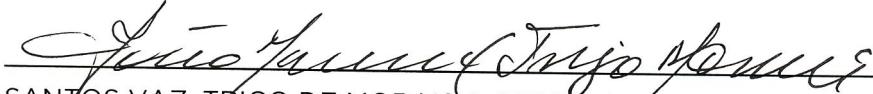
No desempenho das competências que nos são atribuídas pela alínea e) n.º 2 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, acompanhámos regularmente a atividade do Grupo, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhe estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com o Executivo e os Serviços, que nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que o relatório consolidado de gestão, as demonstrações financeiras consolidadas, e o respetivo anexo às demonstrações financeiras consolidadas são suficientemente esclarecedores da situação do Grupo municipal e satisfazem as disposições legais.

Parecer

Considerando as análises e os trabalhos efetuados, e tendo em atenção o teor da Certificação Legal de Contas, que emitimos somos parecer que as contas consolidadas do MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITORIA referentes ao período de 2021, se apresentam elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Porto, 26 de maio de 2022



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por João Manuel Trigo de Moraes, ROC N.º 881